



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

01, 02 e 03 de fevereiro 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 03/02/2014
Assunto: Matrículas		Página: Online



Nova oportunidade para matrícula nas escolas estaduais segue até sexta-feira (7)

De 3 a 7 de fevereiro, as crianças e jovens que não conseguiram se matricular nas escolas da rede estadual terão uma nova chance. Os interessados devem procurar a unidade de ensino mais próxima da sua residência ou do trabalho dos pais. A renovação para os antigos e a matrícula de novos estudantes unidades prisionais, socioeducativas e centros terapêuticos ocorre no mesmo período.

Como documentação, além da certidão de nascimento ou documento de identidade e duas fotos 3 X 4, a Secretaria da escola deve solicitar atestado de vacina ou declaração dos pais/responsáveis do aluno, assegurando estar em dia com a vacinação, para todos os níveis de escolaridade.

Requisitos para ingresso na rede pública estadual

Ensino Fundamental

Crianças com 6 anos, a completar até 31 de março, e quando solicitado pelo pai ou responsável, a completar 6 anos até a data de 31 de dezembro do ano em curso.

Ensino Médio e Educação Profissional

Ensino Médio e Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio: Alunos egressos do Ensino Fundamental.

Curso de Magistério: 1ª série - alunos egressos do Ensino Fundamental e 3ª série - alunos com 2ª série do Ensino Médio completo ou egressos do Ensino Médio.

Curso Técnico Subsequente (Pós-Médio): Alunos egressos do Ensino Médio ou Matriculados na 3ª série do Ensino Médio.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Ensino Fundamental: 15 anos completos no ato da matrícula

Ensino Médio: 18 anos completos no ato da matrícula

Calendário Escolar 2014

Início do ano letivo: 13 de fevereiro

Recesso escolar: 21 de julho a 1º de agosto

Término do ano letivo: 19 de dezembro



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 02/02/2014
Assunto: Novo ministro		Página: Online



NOVO MINISTRO DA EDUCAÇÃO TERÁ PAPEL ESTRATÉGICO EM ANO ELEITORAL

Apesar de distante das articulações políticas, o novo ministro da Educação, José Henrique Paim, terá papel estratégico na campanha da presidente Dilma Rousseff à reeleição. A Educação apareceu nos protestos realizados no ano passado como uma das principais demandas da sociedade e deve ter destaque nos programas de campanha este ano.

Paim terá de mostrar que as atividades do Ministério da Educação (MEC) funcionam sem um político em sua liderança e alcançar as metas previstas pela presidente para usar na campanha. Até o fim de 2014, terá de ajudar os municípios a construir as 6 mil Creches prometidas por Dilma – número ainda distante das atuais 1.363 Creches construídas.

Além disso, terá de garantir que 8 milhões de bolsas em cursos técnicos sejam distribuídas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec). Há 5,6 milhões de estudantes matriculados atualmente. O Ciência sem Fronteiras também precisa chegar às 100 mil bolsas prometidas pela presidente. O programa tem 61 mil bolsistas. No Ensino médio, considerada etapa mais problemática da Educação brasileira, Paim terá de fazer o pacto lançado recentemente com os secretários estaduais de Educação produzir algum resultado.

Economista de formação, Paim é visto como o “grande gestor” dos programas do ministério. A opinião é dividida por servidores do órgão e por gestores de diferentes esferas. “Tudo o que foi feito no MEC, a partir da minha entrada lá, depois com a continuidade do Fernando Haddad e do Aloizio (Mercadante), tem a mão gestora altamente qualificada do Paim. Ele vai ser um grande ministro”, afirmou ao iG o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro.

Em 2003, trabalhou com o governador no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Entre as duas funções, em 2002, foi secretário estadual de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul, onde se aproximou de Dilma Rousseff. Quando Tarso assumiu o Ministério da Educação, em 2004, nomeou Paim como presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No órgão, ele comandou uma reestruturação elogiada por outros gestores. “O FNDE completamente desestruturado e ele reorganizou tudo. O Paim é, sobretudo, um quadro



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

de gestão pública, técnico de alto nível, Professor e, secundariamente, um político. Mas isso nunca lhe tirou a responsabilidade de assumir posições políticas em defesa dos programas dos governos”, comenta Tarso. Em 2006, durante a gestão do atual prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, Paim tornou-se secretário-executivo.

Quando deixou o comando do ministério para concorrer à Prefeitura de São Paulo, Haddad sugeriu que Paim assumisse o órgão. Não foi o escolhido, mas se manteve no cargo durante a gestão de Aloizio Mercadante. Haddad diz que essa foi "a melhor escolha que Dilma poderia fazer". O atual prefeito de São Paulo ressalta que, além de conhecer, Paim ajudou a construir "todos os atuais programas exitosos". "Depois de ter servido a três ministros, ele não poderia sair do Ministério da Educação sem esse coroamento", define.

Discrição e exigência

Secretários de Educação e servidores dizem que o novo ministro, de 47 anos, é exigente e discreto. Acompanha tudo de perto (tem números e detalhes na cabeça sempre), segundo quem já trabalhou e trabalha por lá, e cobra empenho dos funcionários o tempo inteiro. A cobrança, no entanto, é feita com Educação e bom humor. Não costuma tirar férias e brinca com os subordinados que eles também não precisam de descanso.

Em dias de inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), por exemplo, acompanha a abertura junto com a equipe de informática, ainda na madrugada. “Ele implantou os principais projetos e tem todas as condições para ser um bom ministro. É uma pessoa tranquila, fácil de lidar. É franco e direto também. Não enrola para dizer que não dá pra fazer algo. Acho que isso vai ser importante em um ano difícil como esse”, comenta Cleuza Repulho, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). “Quem sabe um pouco mais de objetividade não ajude o MEC”, questiona.

As entidades educacionais, de acordo com ela, também aprovam a escolha do secretário-executivo como ministro. Elas se preparam também para pressionar o novo ministro a ajudá-las na cobrança da votação do Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional.

O projeto que define as metas e objetivos para a Educação entre 2010 e 2020 tramita há mais de três anos entre os parlamentares. Maria Nilene Badeca da Costa, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), também defende que a escolha de Paim facilitará a manutenção das relações entre gestores locais e o MEC. “Ele zela pelo diálogo e respeito aos entes federados”, diz.

O tempo de “casa” e atuação com dois ministros também é vista como “ponto a favor” de Paim. Em 10 anos de ministério, ele se tornou o grande executor dos programas. “Isso favorece a continuidade das ações prioritárias e o alcance dos resultados desejados pelo governo”, afirma Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Conselho de Governança do movimento Todos Pela Educação.

Para ele, sistemas de gestão e acompanhamento de indicadores educacionais serão fortalecidos com o novo ministro. “Ele tem uma excelente visão e prática sobre o uso de ferramentas de gestão e adquiriu a confiança do governo, dos envolvidos. O papel



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

dele tem sido muito importante para implementar melhores práticas dentro do ministério e em toda a rede da Educação”, opina.

Problemas na Justiça

Desde 2007, Paim enfrenta um processo na Justiça de São Paulo. O Ministério Público Federal abriu uma ação civil pública contra o presidente do FNDE e a ONG Central Nacional Democrática Sindical (CNDS), contratada para prestar serviços de Alfabetização de jovens e adultos.

A ação foi motivada pelo descumprimento, em 2005, de uma recomendação do próprio MPF para suspender o pagamento à organização. O ministério havia recebido denúncias de atrasos e não-pagamentos de salários dos Professores contratados pela ONG. Segundo o atual secretário, ele não teria recebido a orientação em tempo hábil. O argumento de que ele "foi induzido a erro" foi aceito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2009, em um processo de apuração pedido pelo próprio FNDE para detectar irregularidades nos contratos. O processo, no entanto, continua correndo na justiça. A ONG fechou as portas logo depois e os responsáveis por ela não estão sendo encontrados. De acordo com o MEC, Paim já solicitou um "julgamento antecipado do processo" à justiça de São Paulo com base na defesa apresentadas ao TCU.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 02/02/2014
Assunto: Presença em sala de aula		Página: Online



ESCOLAS DE TODO O PAÍS VÃO EXIGIR 60% DE PRESENÇA NA PRÉ-ESCOLA

As famílias das quase 5 milhões de crianças na pré-escola de todo o país terão uma preocupação a mais neste ano. Uma lei federal passou a exigir que os alunos nessa etapa tenham ao menos 60% de presença. Vale para crianças na faixa de quatro e cinco anos, da rede pública e particular.

Em termos absolutos, o aluno não pode faltar mais do que 80 dos 200 dias letivos ou 320 das 800 horas anuais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 03/02/2014
Assunto: Reajuste		Página: Online



CRISTOVAM QUER REAJUSTE MAIOR PARA PROFESSOR

Foi indeferida em 10 de janeiro a medida liminar pedida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) em ação popular ajuizada para tentar garantir maior aumento no piso salarial nacional dos Professores em 2014. Portaria interministerial estabeleceu reajuste de 8,32%, o que resultaria num piso de R\$ 1.697,37. No entanto, segundo o senador, o reajuste deve ser de 19% (R\$ 1.864,73), para que seja respeitada a legislação.

A Portaria Interministerial 16/2013, assinada pelos ministros da Educação e da Fazenda, apresentou uma nova estimativa de custo por Aluno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para 2013, que serve de referência para a correção do piso salarial do magistério em 2014. Cristovam e entidades sindicais, porém, discordam do critério utilizado pelo governo.

Na ação popular ajuizada por Cristovam, distribuída para a 6ª Vara Federal do Distrito Federal, ele cita pesquisa do DataSenado na qual a maioria dos entrevistados apontou a baixa remuneração dos Professores como o maior problema da Educação pública. Ele argumenta que a portaria interministerial é ilegal por desrespeitar os cálculos estabelecidos para o reajuste pela legislação em vigor.

Para o senador, o reajuste estabelecido pelo governo para 2014 não respeita a resolução do Ministério da Educação que, em 2012, definiu critério para reajuste do piso nacional, criado pela Lei 11.738/2008, oriunda de projeto de lei de autoria do próprio Cristovam.

Em entrevista, Cristovam lembrou que apenas a medida liminar foi indeferida e que a ação popular ainda será julgada pela Justiça Federal. Entretanto, ele disse não acreditar numa decisão em curto ou médio prazo.

De acordo com o senador, a ação está muito bem embasada técnica e juridicamente. Ao decidir indeferir a liminar, o juiz federal Társis de Santana Lima argumentou que seria preciso fazer uma análise estatística, não presente nos autos, para poder decidir sobre o pedido apresentado.



Escola ideal para alunos não ideais

Na segunda metade do século XIX, dom Pedro II transformou a primeira escola pública secundária do Brasil em um modelo inspirado no colégio Louis Le Grand, reputado como o melhor da França. Mantiveram-se na sua réplica brasileira as exigências acadêmicas do modelo original. O próprio dom Pedro selecionava os professores, costumava assistir a aulas e arguir os alunos. Sendo assim, o colégio que, mais adiante, ganhou o seu nome constituiu-se em um primoroso modelo para a educação das elites brasileiras. Dele descendem algumas excelentes escolas privadas.

Mais tarde do que seria desejável, o ensino brasileiro se expande, sobretudo no último meio século. Como é inevitável, passa a receber alunos de origem mais modesta e sem o ambiente educacional familiar que facilita o bom desempenho. Sendo mais tosca a matéria-prima que chega, em qualquer lugar do mundo não se podem esperar resultados equivalentes com o mesmo modelo elitista.

“Ensina-se demais e eles aprendem de menos. Pouco mais de 10% dos jovens que terminam o ensino médio têm o conhecimento esperado em matemática!”

Os países de Primeiro Mundo perceberam isso e criaram alternativas, sobretudo no ensino médio. A melhor escola é aquela que toma alunos reais — e não imaginários — e faz com que atinjam o máximo do seu potencial. Se os alunos chegam a determinado nível escolar com pouco preparo, o pior cenário é tentar ensinar o que não conseguirão aprender. O conhecimento empaca e a frustração dispara.

Voltemos a 1917, às conferências de Whitehead em Harvard. Para ele, o que quer que seja ensinado, que o seja em profundidade. Segue daí que é preciso ensinar bem o que esteja ao alcance dos alunos, e não inundá-los com uma enxurrada de informações e conhecimentos. Ouvir falar de teorias não serve para nada. O que se aprende na escola tem de ser útil na vida real.

Se mesmo os melhores alunos das nossas melhores escolas são entulhados com mais do que conseguem digerir, e os demais, os alunos médios? Como suas escolas mimetizam as escolas de elite, a situação é grotesca. Ensina-se demais e eles aprendem de menos. Pelos números da Prova Brasil, pouco mais de 10% dos jovens que terminam o nível médio têm o conhecimento esperado em matemática! A escola está descalibrada do aluno real.

Aquela velha escola de elite deve permanecer, pois há quem possa se beneficiar dela. Mas, como fizeram os países educacionalmente maduros, respondendo a uma época de matrícula quase universal, é preciso criar escolas voltadas para o leque variado de alunos.

Nessa nova escola, os currículos e ementas precisam ser ajustados aos alunos, pois o contrário é uma quimera nociva. Na prática, devem-se podar conteúdos, sem dó nem piedade. É preciso mostrar para que serve o que está sendo aprendido. Ainda mais importante, é preciso aplicar o que foi aprendido, pois só aprendemos quando aplicamos. A escola deve confrontar seus alunos com problemas intrigantes e inspiradores. E deve apoiá-los e desafiá-los para que os enfrentem. No entanto, sem encolher a quantidade de matérias, não há tempo para mergulhar em profundidade no que quer que seja.

Atenção! Não se trata de uma escola aguada em que se exige menos e todos se esforçam menos. Sabemos que bons resultados estão associados a escolas que esperam muito de seus alunos, que acreditam neles. A diferença é que se vai exigir o que tem sentido na vida do estudante e está dentro do que realisticamente ele pode dominar.

Precisamos redesenhar uma escola voltada para os nossos alunos, e não para miragens e sonhos. Quem fará essa escola? Claramente, o MEC precisa promover os ajustes dos currículos e ementas. Mas quem esculpirá essa nova instituição? As melhores escolas privadas recebem alunos peneirados e não precisam de muitas mudanças. A quase todos os estados faltam densidade técnica e apetência. Uma possibilidade são o Sesi e o Sesc, que operam um conjunto de instituições semipúblicas, têm amplos recursos e flexibilidade para tomar novos rumos. Quem sabe, querem ir para a história, embarcando nessa aventura?

Não é só isso. Cura mesmo, só enfrentando as fraquezas das faculdades de educação. Mas só a desobrigação de ensinar um currículo impossível já é uma bela ajuda para os mestres.

